

Desafios de políticas públicas para a cidade educadora: um estudo a partir da experiência de Porto Alegre¹

Juliana Dresch

julianadresch@hotmail.com

Pedagoga formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS.

Resumo

Este trabalho destaca a experiência vivida na cidade de Porto Alegre articulada com uma proposta de Cidade Educadora. É uma temática desafiante para os governos locais e vem contribuir para uma cidade mais justa e democrática. Porto Alegre já tem iniciativas importantes nessa direção, mas que precisa avançar mais em alguns aspectos para que de fato toda a comunidade possa desfrutar de todo o potencial educativo que uma cidade apresenta.

Palavras-chave: escola cidadã, políticas públicas, educação emancipatória, cidade educadora.

Abstract

This paper stresses the experience lived in the city of Porto Alegre, articulated with a proposal of Educating City. It is a challenging thematic for the local governments, contributing to a more just and democratic city. Porto Alegre has already important initiatives in this direction, but it needs to advance more in some aspects, in order that, in fact, the whole community will become able to enjoy the whole educative potential that a city presents.

Keywords: citizen school, public policies, emancipating education, educational city.

Introdução

O trabalho discute a experiência vivida na cidade de Porto Alegre, nestes últimos anos, com a proposta

da Escola Cidadã articulada no projeto de Cidade Educadora.

Porto Alegre, ao longo de 15 anos de Administração Popular, vem renovando sua força política em projetos criativos e desafiadores, com o intuito de construir políticas públicas voltadas para a emancipação e a busca de maior inclusão social.

Nessa perspectiva, a administração municipal de Porto Alegre entende que a escola sozinha não pode resolver todos os problemas da sociedade, como a violência, o desemprego, a miséria. Portanto, em termos de políticas públicas do município, todas as secretarias devem criar projetos na perspectiva da construção de uma cidade melhor e mais humana para se viver (PACHECO, 2004).

Portanto, a secretaria de educação não pode assumir sozinha a educação. Ela deve contar com todas as demais secretarias da administração municipal, numa lógica de trabalhar todos os espaços da cidade com potencial educativos, desenvolvendo, assim, projetos e atividades coletivamente e de forma interdisciplinar, concretizando um compromisso ativo com a população e o fortalecimento de uma sociedade democrática aberta às mudanças e à participação.

A Escola Cidadã em Porto Alegre, juntamente com o OP (Orçamento Participativo), desenvolvem significativas práticas de transformação na comunidade, objetivando construir diferentes projetos pedagógicos

¹Este texto é uma reflexão a partir da pesquisa: "A Escola Cidadã no contexto da Cidade Educadora: políticas públicas e construção da cidadania", coordenado pelo Professor Dr. Jaime José Zitzkoski do PPG em Educação da Unisinos, financiada pela FAPERGS.

que apontem elementos do novo mundo possível. Ou seja, uma educação cujos educandos são filhos de trabalhadores não pode ter seu caráter de classe social esquecido e a realidade em que vivem deve ser o ponto de partida para desenvolver o caráter emancipatório da formação humana.

Um elemento central dessa escola é a autonomia de cada unidade escolar, sustentada pela participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Esta escola deve ter um projeto político pedagógico da Cidade Educadora, que possa ser permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abordagens sócio-educativas, através de uma construção coletiva, pela comunidade escolar.

A Cidade Educadora apresenta-se como um grande desafio político para as autoridades locais e a sociedade civil, que apostam em um compromisso de administração inovadora. Desta maneira, o papel educativo das Instituições políticas passa a ser o de promover uma conscientização solidária e democrática na reinvenção da cidadania, buscando fortalecer os processos culturais emancipatórios. Uma cidade educadora precisa ser uma cidade inclusiva e voltada para o desenvolvimento humano de todos.

O por quê do Projeto Cidade Educadora

A palavra cidade nos remete a múltiplos sentidos, mas podemos nos fixar no conceito de civilização. O lugar de vida social organizada coletivamente e que potencializa o desenvolvimento sócio-cultural de um povo.

Segundo Gómez e Vila (2003) a cidade tem sido historicamente um lugar de encontro e de civilização. Desde seu aparecimento, há mais de 6 (seis) mil anos, a cidade tem estado estreitamente vinculada ao conceito de cidadania e cultura. Na Antiguidade, a cidade era a *polis*, a *civitas*, o lugar supremo no qual acontecia a participação, a vida coletiva transformando-se em civilização pela recriação da cultura.

Toda a estrutura arquitetônica da cidade demonstra os modos como a sociedade expressa sua necessidade de se estruturar, representando tanto seus ideais e a forma de materializar estes ideais. Igualmente, revelam a forma de sua cultura, conflitos, problemas sociais, os conformismos, as indiferenças, o abandono, as desnaturalização e a degradação. Desta forma, a cidade tem sido um lugar de crise e de conflitos, mas também de progressos, desenvolvimento humano e cultural (idem p. 18)

Na civilização atual, o conceito de espaço público da cidade passa por sua crise mais profunda. Se-

gundo previsões da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, durante o século XXI, três quintos da população mundial viverá em cidades, 21 das quais serão megacidades com mais de 10 milhões de habitantes, a maioria das quais – 17 – estará em países em vias de desenvolvimento social.

Cada vez mais se multiplica os números das grandes cidades e das áreas metropolitanas e, portanto, de forma desordenada, multiplica-se a população nas metrópoles. Assim:

A Cidade do México, entre 1950 e 1980 passou de uma população de 3 milhões de habitantes a 17,3 milhões; São Paulo, de 2,8 milhões a 15,8 milhões; Buenos Aires de 5,2 milhões a 10,8 milhões; Rio de Janeiro, de 3,4 milhões a 10,3 milhões e Lima, de 1 a 5,7 milhões de habitantes. (GADOTTI e outros, 2004, p. 17).

O fenômeno da globalização identifica um processo que mostra a intensificação dos fluxos (informação, mercadorias, capital, pessoas) portadores, no espaço e no tempo, de novas formas de pensar, de produzir, de se vincular ou de se relacionar. Tudo isso produz a maior concentração da população em grandes cidades tornando-as inviáveis sob diferentes aspectos.

Nas cidades coexistem dinâmicas e forças contraditórias e diante das dinâmicas desestruturadoras que acentuam a desigualdade e a marginalização, também existem oportunidades econômicas, sociais e culturais que podem fazer um lugar privilegiado para viver, mas apenas para poucas pessoas.

Para que uma cidade seja mais civilizada, pacífica, democrática, justa e acolhedora é necessário sensibilizar todos os cidadãos para uma responsabilidade compartilhada, onde não se jogue toda a responsabilidade única e exclusiva para a escola, todos os ambientes devem estar integrados para o bem comum.

Segundo Rodrigues (2003), devemos deixar de considerar as diferentes formas de educação e aprendizagem como independentes umas das outras, e considerar a complementaridade dos âmbitos e momentos de educação.

Nesta perspectiva, é necessário que a cidade deixe de ser um simples cenário da ação educativa para se converter num agente educador.

Gómez e Vila (2003, p. 18) falam que:

(...) A refundação da cidade, a consolidação de uma nova cidadania com maiores graus de liberdade e de solidariedade é um problema político da maior importância; se na cidade em crise coexistem riscos e oportunidades, não resta dúvida que é imprescindível uma ação política que impulsione algumas dinâmicas e minimize outras(...)
(...) a crise é, de alguma forma, uma crise educativa,

porque é uma crise do modelo de cidade como espaço público. As cidades do futuro deverão decidir o modelo de vida urbana que desejam para seus cidadãos, o que passa necessariamente pela educação. Educar os cidadãos é uma antiga aspiração baseada na convicção de que favorecer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e de suas responsabilidades é tanto uma exigência da vida em sociedade como uma garantia para as liberdades cidas. (...)

Conforme esses autores, é necessário que todos os espaços da cidade se tornem educativos a fim de que se possa (re)construir lugares para o desenvolvimento da cidadania e participação de todos habitantes. É necessário e urgente contarmos com uma educação na diversidade que evite a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura, idade, incapacidade, condições econômicas e outras formas de discriminação. Então, a cidade deve ser projetada para promover a inclusão de todos e não funcionar apenas na lógica do mercado.

A exclusão social, a violência, a fragmentação territorial, o desemprego, a poluição, a solidão e o individualismo estão, progressivamente, se apoderando da cidade, contrariando-se cada vez mais a idéia de *polis*, a qual pede uma educação onde todos sejam envolvidos.

Para que tenhamos uma cidade educadora é preciso termos como base uma pedagogia humanizadora capaz de conviver democraticamente com as diferenças e trabalhar com a diversidade de culturas, idades, segmentos sociais, raças, crenças, etc.

Caminhos para a construção da Cidade Educadora

A idéia para uma construção de uma Cidade Educadora requer a necessidade de estimular a cidadania para participar de um novo projeto de cidade, pois, por um lado, lembra os cidadãos que é uma responsabilidade compartilhada fazer com que a cidade seja mais civilizada, pacífica, democrática, justa e acolhedora, e por outro lado, lembra aos que exercem o poder político e a gestão de governo que nem todos possuem as mesmas responsabilidades, já que muitas das ações que cada setor da administração da cidade empreende têm conseqüências de caráter educativo.

Para que o projeto de Cidade Educadora possa desenvolver-se concretamente, faz-se necessário articular políticas públicas municipais que potencializem a participação e o engajamento de todos na construção de uma cidade voltada para a inclusão social, a qualidade de vida e a participação democrática nas decisões, a exemplo do OP (Orçamento Participativo) em Porto Alegre e de outras experiências em anda-

mento no mundo, de democracia participativa.

Entretanto, a iniciativa primeira deve ser a vontade política de administração local com suas secretarias e órgãos de governo mobilizando a sociedade para desenvolver políticas coerentes com a cidadania.

O Planejamento da Cidade como Projeto Educativo

Com todas as mudanças sociais que nos chegam cada vez mais rápidas e complexas, as cidades, assim como a educação, devem desenvolver um projeto de desenvolvimento estratégico.

Este projeto implica uma vontade política, da participação cidadã e da construção de uma estratégia coletiva, ou seja, exige-se fundamentalmente uma decisão.

A formação e a educação são possíveis a partir dos diferentes âmbitos da vida cotidiana, uma vez que as pessoas aprendem e se educam no decorrer de toda a vida. A cidade precisa ser um agente educador.

Segundo Rodriguez apud Brarda e Rios (2004 p. 31) há princípios e experiências para que a cidade se torne intencionalmente educadora, ou seja:

- a) Em primeiro lugar, as cidades devem ser consideradas como verdadeiros espaços de aprendizagem, organizando, sistematizando e aprofundando o conhecimento informal que adquirimos pela espontaneamente na vida cotidiana, e ajudar a descobrir as relações e a estrutura ou estruturas que, com frequência, não se mostram diretamente perceptíveis;
- b) Em segundo lugar, trata-se de aprender a ler a cidade, aprender que ela constitui um sistema dinâmico em contínua evolução. Para isso é necessário ultrapassar a parcela da cidade que constitui o habitat concreto de cada um. Também significa aprender a lê-la criticamente, a utilizá-la e a participar de sua construção;
- c) Em terceiro lugar, é necessário aprender a conviver, a viver conjuntamente, quer dizer, a interagir com os outros. A educação tem que assumir a difícil tarefa de compreender e aceitar a diversidade, já que esta potencializa o enriquecimento entre os indivíduos e os grupos humanos, e evitar que esta se converta em fator de exclusão social. Para isso é necessário gerar os espaços de encontros e de integração.
- d) Em quarto lugar, dizer que os cidadãos devem aprender as habilidades mínimas para circular pela cidade, para utilizar plenamente seus meios de transporte e comunicação, para encurtar os caminhos e localizar-se na intrincada complexidade de nossas urbes.
- e) Em quinto lugar, é preciso reconhecer quais são os direitos e deveres que todos, como cidadãos, possuímos, para assim começar a decidir sobre o futuro da cidade.

Para que uma cidade se torne educadora é preciso que todas as secretarias trabalhem num mesmo propósito, com um mesmo objetivo. Não há como desenvolver um trabalho de uma cidade educadora se somente a Secretaria de Educação projete e leve adiante esta idéia. É preciso que se criem políticas públi-

cas numa visão interdisciplinar, onde todas as secretarias devam trabalhar com educação na perspectiva da formação humana e construção da cidadania.

A idéia nesta proposta de Cidade Educadora é que se deva cultivar uma visão ampla de educação, desenvolvendo projetos com as comunidades segundo os interesses da cidadania. A educação deve ser vista não mais restrita ao ambiente da escola, mas na vida social como um todo.

A participação cidadã na construção da cidade

Para que uma cidade se torne de fato uma Cidade Educadora, é necessária a participação ativa dos cidadãos que nela habitam para que esta seja repensada como um espaço público.

A escola não sobrevive caso se restrinja única e exclusivamente aos seus alunos e professores, ela deve estar articulada com a comunidade, onde esta possa desenvolver projetos sociais emancipatórios, de inclusão social e desenvolvimento cultural, lúdico, esportivo etc.

A escola deve ser, segundo Paulo Freire (1991), um *Pólo Cultural*, onde se estabeleça as relações articuladas em diferentes setores sociais. Ou seja, a escola deve ser utilizada pela comunidade em diferentes situações.

Dentro de uma cidade vimos que há diferentes espaços que possam ser educativos e, assim, não podemos mais nos reportar somente à escola como a única e exclusiva detentora do saber. Os diferentes espaços de vida coletiva na cidade, que oferecem potencial pedagógico devem ser discutidos a fim de estimular a formação de todos os cidadãos.

É nessa perspectiva que a escola deve ser reestruturada nas suas formas de gestão para desenvolver a cidadania na comunidade local. E, para que a comunidade participe da vida escolar é preciso que se estabeleça um diálogo aberto entre pais, alunos, professores, coordenadores, diretores, merendeiras, zeladores, com muita transparência das políticas públicas, sobre os investimentos e ações de interesse da cidadania.

Para a participação da comunidade em todos os projetos oferecidos é necessário que haja políticas públicas transparentes onde os cidadãos se sintam à vontade e respeitados para expor suas idéias, lutar pelos seus objetivos e concretizar suas ações.

Um dos grandes marcos significativos no que diz respeito à participação da comunidade em Porto Alegre é o Orçamento Participativo, que vem trazendo grandes contribuição para as comunidades que se unem e lutam por seus direitos.

As ONGs, as Associações de Bairros, os Movimentos Sociais vêm também revelar a importância que tem a participação da comunidade nos avanços da cidadania e da organização da sociedade civil. Quanto mais participação na vida comunitária e na escolha dos rumos da cidade, mais cidadania e democratização da vida na cidade.

O Cultivo de uma Pedagogia da Cidade

A escola tem sido, ao longo da história, o único e exclusivo cenário da história responsável pela educação. Até hoje, temos o vício de ao pensar em educação, imediatamente pensarmos na escola.

Outros tantos cenários podem e devem ser educativos dentro de uma cidade, o que não significa que qualquer espaço, nem qualquer ação possam ser incluídos neste processo educativo, ou seja, a proposta deve ser intencional, planejada e coerente.

Nos Cuadernos Ciudades Educadoras – América Latina (s.d p. 45), vemos que nenhuma cidade é essencialmente educadora, o que a torna educadora é partir de sua manifestação intencional.

Para que se torne Educadora, a Cidade requer uma tomada de decisão dos governos locais, que devem facilitar os recursos e promover as estratégias que demanda a proposta.

A cidade nos oferece como um conjunto de cenários educativos, escolas, associações de bairros, partidos políticos, ONGS, museus, bibliotecas, etc., que operam materialmente produzindo acontecimentos educativos de diversas índoles e ricos em experiências de construção coletiva.

A cidade se ensina a si mesma de forma: superficial, parcial, desordenada, estática, portanto, as tarefas que se organizem possuem como meta descobrir a imagem que os cidadãos têm da sua cidade.

Para isso, segundo Brarda e Rios (s.d, p. 48), desde o nível projetivo se requer ações tais como:

- Elaboração de materiais para o conhecimento da cidade;
- Construção de centros de informação;
- Exposições, museus da cidade;
- Desenvolvimento de medidas para incrementar a experiência direta da cidade e reflexão sobre esta experiência;
- Promoção de espaços de participação;
- Ações para desenvolver o sentido de posse.

Para eles, é necessário aprender também na cidade, buscando trabalhar com o que as cidades possuem, seu potencial cultural-educativo:

- Uma estrutura pedagógica estável formada por

instituições especificamente educativas (formais e não formais);

- Uma malha de equipamentos e recursos, meios e instituições cidadãos também estáveis, porém, não especificamente educativas;

- Um conjunto de acontecimentos educativos efêmeros ou ocasionais;

- Uma malha difusa, porém contínua e permanente de espaços, encontros e vivências educativas não planejadas pedagogicamente. (idem, p. 44).

É preciso elaborar um mapa educativo da cidade, por exemplo, do nível de projeção, algumas ações a desenvolver, tais como (idem, p. 48):

- Multiplicar os espaços a partir da criação de novas instituições, recursos, meios e eventos;

- Aproveitamento educativo de empresas e serviços com os que a cidade conta;

- Coordenar a comunicação, o intercâmbio solidário no território reagrupar os serviços, etc.,

- Promoção à formação contínua de profissionais da educação;

- Incentivar a inovação educativa de experiências-piloto;

- Importar/exportar experiências;

- Ações preferenciais: atenção a setores marginalizados, programas de integração, programas de desenvolvimento comunitário.

A cidade projetada em redes

Podemos pensar em uma Cidade Educadora projetada em redes. Redes de relações entre todos os órgãos educativos da cidade e entre as cidades, onde se possam fazer tessituras relacionais com um mesmo propósito dentro de uma mesma proposta.

Pensar e agir como se tudo estivesse interligado, logo podemos imaginar, uma teia, a qual só permanece “viva” se todas as partes estiverem bem tramadas, do contrário, fica desfalcada, sem uma sustentação.

Para uma Cidade Educadora não mais serve a competição, onde há disputas a fim de consolidar áreas urbanas como centros econômicos, culturais ou políticos da macroregião a que pertencem.

Segundo Sábató (2004):

(...) essa competição selvagem pode ser substituída pelo conceito de cooperação quando aquelas cidades estabelecem acordos baseados em projetos que podem beneficiar o conjunto da região, ou quando empreendem projetos conjuntos para defender seus interesses diante de outros territórios.(...) (p. 25)

Assim, como também ocorre com a Cidade, os

projetos não devem andar isoladamente, aqui ressalto a questão da Secretaria de Educação, ela sozinha não pode ser única e exclusivamente responsável pela educação da cidade, pois assim não terá sustentação necessária para a efetivação de proposta com maior potencial educativo. Não significa que estes projetos não possam funcionar, mas funcionarão muito melhor se projetados, cooperados e operados juntos.

Desafios para Porto Alegre

Segundo Valter Morigi (2004), a Cidade Educadora é um sistema complexo em evolução constante, que dá prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população.

Nesta perspectiva, vejo que Porto Alegre sem dúvida já é referência mundial na questão da Cidade Educadora. Por ser um sistema complexo de evolução constante não é algo pronto e acabado. Deve ser pensado e re-pensado constantemente.

Porto Alegre, por suas diversas iniciativas, tem avançado nas políticas públicas com a proposta, mas, a meu ver, está longe do ideal, pois as mudanças são gradativas e requerem gerações para que se construa algo profundamente novo. A Escola Cidadã, enquanto projeto educacional que cultiva o diálogo e a mobilização de cada comunidade escolar para construir uma escola democrática, participativa e promotora da cidadania, embora com certas limitações, já é um projeto iniciado há uma década atrás e tem se destacado pela inserção concreta nas comunidades. O OP (Orçamento Participativo), enquanto política de valorização do cidadão que é estimulado a debater sobre os investimentos prioritários em sua cidade, tem movimentado milhares de porto-alegrenses todo ano rumo a uma cidadania mais justa e solidária, onde se tomam decisões transparentes e democráticas. Os cidadãos são partes fundamentais neste cenário, com isto eles passam a adquirir uma visão ampla de sua cidade, porque tudo ali é discutido em grupo e o compromisso do bem social revertendo em benefício de todos.

Há evidências de projetos sendo trabalhados na cidade de Porto Alegre (VILAR, 2004, p. 73), como o Programa Gota d'água; Os Caminhos do Lixo; Projeto Arroio não é Valão; Programa Guaíba Vive; Ações de Segurança e Educação no trânsito; Direitos Humanos; Projeto Educação para o Trabalho e a Cidadania; Saúde Pública; Ações de Inclusão social e resgate da cidadania; Esportes e lazer; Políticas culturais. Porém, há a necessidade de ampliar mais estes projetos, torná-los mais públicos, uma vez que estão de certa forma elitizados, mais voltados para certas áreas da cidade e da vida social. Faz-se necessário trabalhar

de forma mais articulada entre as diferentes secretarias da Prefeitura Municipal. Ou seja, é preciso radicalizar o conceito de Cidade Educadora no processo de planejar e efetivar as políticas públicas.

Ao realizar as pesquisas de campo nas escolas, se vê claramente que nem todos alunos e pais têm conhecimento destes projetos e, muitos não estão mobilizados com a comunidade local para a busca de organizar atividades coletivas de intervenção na realidade.

Acredito ser desafiante para a cidade de Porto Alegre conseguir despertar tanto o interesse como a participação da comunidade destas atividades culturais, sociais, educativas, como também ampliar a extensão e desenvolver uma prática de participação nos mesmos.

Uma das questões desafiadoras para a cidade de Porto Alegre seria a melhoria da infra-estrutura nos bairros, interligando ações na área de saúde, educação, cultura, meio ambiente e segurança, pois, hoje, há uma grande deficiência nestes aspectos. As secretarias, principalmente da educação e saúde, se vêem sozinhas nos trabalhos com a comunidade, não há um trabalho mais inter-relacionado entre educação-saúde-segurança-lazer-trabalho-meio ambiente, etc acarretando, assim, uma grande deficiência de serviços para a comunidade.

As atividades culturais, na maioria das vezes, ocorrem no centro da cidade, dificultando o acesso aos cidadãos dos bairros, por terem que se deslocar, onde na maioria das vezes não dispunham sequer do valor para o pagamento da passagem. As atividades que ocorrem na zona central excluem o acesso da população mais pobre que fica esquecida nos bairros e periferias da cidade.

Nesse contexto, corremos o risco de reproduzir uma lógica excludente, onde poucos têm acesso ao lazer, à cultura e a maioria continua à mercê de “migalhas”, dos quais não suprem sequer a necessidade mínima da dignidade do ser humano. O desafio é ampliar os projetos e as políticas públicas para efetivar uma Cidade Educadora. É uma utopia que deve ser buscada e construída gradativamente sem deixar de inovar, ousar e romper com as práticas e processos sociais excludentes que, infelizmente, são hegemônicos nos tempos atuais e não dependem só da política local, mas decorrem de um modelo de sociedade que precisa ser superado, pois o capitalismo global exclui e marginaliza por sua própria lógica econômica e ausência do Estado junto à sociedade.

estratégias para a construção da cidade educadora In: Cidade Educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, e outros. **A Cidade Educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

GOMÉZ-GRANEL, Carmem e VILA, Ignácio (orgs). **A cidade como projeto educativo**. São Paulo: Artmed, 2003.

MORIGI, Valter. **Breve comentário sobre Porto Alegre, uma Cidade Educadora**. In: Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez, 2004.

PACHECO, Eliezer. Revista: **A cidade educando a escola**. In: Da Escola Cidadã à Cidade Educadora – a experiência de Porto Alegre. SMED: Dez de 2004. REVISTA SMED/POA. **Da Escola Cidadã à Cidade Educadora – a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre. Dezembro 2004.

VILAR, Alberto Jomael. **Porto Alegre e a prática cotidiana de Cidade Educadora**. In: Cidade Educadora – a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez, 2004.

Referências bibliográficas

BRARDA, Anália e RÍOS, Guillermo. **Argumentos e**